## A (in)segurança alimentar no Brasil (2003-2023): “A (in)segurança alimentar no Brasil: do golpe de 2016 ao projeto genocida do governo Bolsonaro”

Um dos grandes problemas dos países pobres, dentre eles o Brasil, sempre foi a (in)segurança alimentar e Nutricional cuja discussão é de extrema relevância, sobretudo, no atual contexto histórico, político e social. Afinal, o momento em que mais se produz grãos, também é aquele em que a fome e a carência nutricional atingem o maior número de pessoas no mundo.

De acordo com a Oxfam (2020), “58,7% da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990”.

**A (in)segurança alimentar no Brasil (2003-2023)**

O objetivo deste texto é discutir um dos principais problemas do mundo contemporâneo, problema que atinge as pessoas pobres de todos os países, mas sobretudo as pessoas pobres dos países mais pobres, principalmente na África e na América Latina, países que historicamente tiveram suas riquezas expropriadas por países da Europa e pelos países ricos da América do Norte.

O histórico de exploração das riquezas destes países, denunciado por Eduardo Galeano em suas “veias abertas da América Latina”, tem servido para ampliar o que apareceu como um dos grandes problemas dos países pobres, dentre eles o Brasil, ou seja, a insegurança alimentar e nutricional de suas populações mais pobres, cuja discussão é de extrema relevância, sobretudo, no atual contexto histórico, político e social.

Esta discussão se faz necessária, pois, no momento em que mais se produz grãos no mundo e em especial no Brasil, também é o momento em que a fome e a carência nutricional atingem o maior número de pessoas, não por falta de alimentos, mas, dada a má distribuição das riquezas produzidas e dos mecanismos de exploração do solo, das águas, das florestas e das riquezas em geral, inclusive com a tentativa de genocídios de povos pobres, como tem sido o caso do Brasil, onde povos originários, como os ianomamis tem sofrido com ataques de garimpeiros, com a complacência de agentes do Estado, que ao estimular desmatamentos, pescas predatórias, garimpos ilegais, acabam estimulando também o assassinato das pessoas que lutam em defesa dos mais pobres.

No Brasil, a insegurança alimentar vem crescendo de forma assustadora, sobretudo após o golpe parlamentar midiático, articulado pela burguesia brasileira a partir de 2013 e consolidado em 2016 com a deposição da presidenta eleita, Dilma Vana Rousseff. Com o golpe de estado, setores como os de saúde, educação e segurança alimentar passaram a ser desmontados pelos usurpadores do poder, dando lugar à livre concorrência entre ricos abastados e trabalhadores que lutam pela sobrevivência.

É sempre muito importante compreender os motivos do golpe de estado, pois, neste processo, vários direitos da classe trabalhadora, dentre eles muitos direitos trabalhistas e previdenciários foram dilapidados pela burguesia brasileira, visando aprofundar o processo de acumulação de capital pelas camadas que controlam economicamente este país. Com a supressão de direitos da classe trabalhadora, aprofundou-se também o aumento da fome entre aqueles que vivem da venda da força de trabalho.

Devido a estas condições de superexploração da classe trabalhadora a fome tem aumentado. Neste sentido de acordo com a Oxfam (2020), 58,7% da população brasileira tem convivido com a insegurança alimentar em algum grau – leve, moderado ou grave (fome). Estes dados apontam que o país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990, após ter passado por um período em que a miséria absoluta havia sido considerado superada, após três governos liderados pelo partido dos trabalhadores - PT, nas pessoas de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, entre os anos de 2003 e maio de 2016.

Para compreender melhor a questão da insegurança alimentar no Brasil, nas últimas décadas é preciso observar que, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), do Rio Janeiro estimava-se que no ano de 2002, quando a população brasileira era de cerca de 180,5 milhões de habitantes, haveria 50 milhões de miseráveis. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR75239-6009,00.html#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20(FGV,25%2C1%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. (acessado em 15/02/2023).

A mesma fundação apontou que, a pobreza extrema subiu 3,9% em 2003, primeiro ano do governo Lula, mas, caiu 8% em 2004, restando, portanto, cerca de 48 milhões de miseráveis, ou 25,1% da população brasileira daquele momento. Esse patamar, atingido no primeiro ano do governo Lula, foi considerado o menor desde 1992, quando começou a série histórica deste tipo de pesquisas, pelo instituto. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR75239-6009,00.html#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20(FGV,25%2C1%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. (acessado em 15/02/2023).

Embora a Fundação Getúlio Vargas tenha indicado este dado em suas pesquisas, para seus pesquisadores, nem todos os 48 milhões de pessoas que se situavam abaixo da linha da miséria passavam fome, dado que as estatísticas tomavam como base apenas a renda das famílias. Vale destacar que muitos Brasileiros conseguem driblar as carências de alimentos com agricultura de subsistência, criações de fundo de quintal, realização de campanhas de arrecadação de alimentos ou mesmo com auxílio de amigos e parentes que vivem em situação de menor vulnerabilidade social. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR75239-6009,00.html#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20(FGV,25%2C1%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. (acessado em 15/02/2023).

Para dirimir as dúvidas existentes sobre o tamanho da insegurança alimentar no Brasil, dado que há várias divergências entre os institutos de pesquisas, o Instituto brasileiro de geografia e estatística - IBGE fez em 2004 uma pesquisa sobre segurança alimentar e investigou quantos de fato passavam fome. De acordo com os dados obtidos,

14 milhões de brasileiros sofriam com o que o IBGE classificou de "insegurança alimentar grave". Em outras palavras, passavam fome. Isso em 2004, o ano mais próspero do governo, quando a economia cresceu 4,9% e a geração de empregos deu um salto. <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR75239-6009,00.html#:~:text=A%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Get%C3%BAlio%20Vargas%20(FGV,25%2C1%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. (acessado em 15/02/2023).

É claro que o quadro de fome da população não poderia ser atribuído a um governo que havia tomado posse a menos de dois anos, pois o problema de insegurança alimentar da população brasileira já vinha de algumas décadas. Para amenizar os problemas da fome no Brasil, o governo de Luís Inácio Lula da Silva implementou algumas ações, substituindo o programa denominado de Fome Zero pela estratégia de dar prioridade ao Bolsa-Família, criado em outubro de 2003 e, tido como o maior e mais abrangente programa de transferência de renda do mundo.

Assim, programas de distribuição de rendas como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e Vale-Gás, contribuíram para aumentar o valor dos benefícios, além de ampliar o seu alcance para 11,1 milhões de famílias, o triplo do que havia no início do governo, em janeiro de 2003, reduzindo a miséria absoluta a patamares nunca vistos na história do Brasil.

Entre os anos de 2004 e 2013 a situação melhorou, sendo que neste último ano,

Os domicílios com moradores vivendo em situação de insegurança alimentar moderada representavam 4,6% do total. Ao todo 10,3 milhões de pessoas nessa situação ou 5,1% conviviam com limitação de acesso quantitativo aos alimentos. A prevalência de domicílios com pessoas em situação de insegurança alimentar grave era 3,2%. ibge.gov.br (acessado em 14/05/2023).

A partir de 2013 iniciou-se o processo que resultou no golpe de estado de 2016 e, com ele o aumento da insegurança alimentar seguida de fome que só foi aumentando, chegando a se transformar numa situação inaceitável, especialmente aqui no Brasil, que ano após ano bate recordes no agronegócio e somente em 2019 desperdiçou 23,6 milhões de toneladas de alimentos. Em meio a todo este desperdício, segundo o banco de alimentos, o país convivia com 125 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. <https://bancodealimentos.org.br/?gclid=Cj0KCQiAorKfBhC0ARIsAHDzsltZwxhd20BGAryUuRtnacQx5wHdg4HLqVsI3f9jlyRrW4GoQ4ZdnS4aAocjEALw_wcB> (acessado em 15/02/2023).

Outro fator que contribuiu para o avanço da fome no Brasil, foi o aparecimento da pandemia de Covid-19, que provocou um processo de isolamento social, fazendo com que a falta de alimentação adequada atingisse 33,1 milhões de pessoas no ano de 2022. Durante o período mais grave da pandemia houve uma tentativa de negação da mesma por parte do governo de Jair Messias Bolsonaro e Paulo Guedes. Com isso, a penalização aos mais pobres só aumentou.

Assim, através do **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, lançado em 8/6 de 2022, foi possível verificar que naquele ano, 33,1 **milhões** de pessoas não tinham o que comer. Assim, 14 milhões de novos brasileiros entraram em situação de fome em pouco mais de um ano. A edição recente da pesquisa mostra que **mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com a insegurança alimentar em algum grau** – leve, moderado ou grave (fome). O país regrediu para um patamar equivalente ao da década de 1990. A pesquisa acima foi

realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN), constituída por pesquisadores, professores, estudantes e profissionais, e teve execução em campo do Instituto Vox Populi. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023).

Dentre os motivos para o agravamento da fome no Brasil, está o fim das políticas de combate à pobreza e à miséria, iniciadas em 2004 e interrompidas a partir de 2016 após o golpe de estado. Estas políticas foram retomadas somente neste ano de 2023, com o retorno de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república.

Apesar do retorno do governo Lula no plano do executivo, no legislativo, a maioria dos deputados e senadores eleitos compõem o campo da direita e extrema direita, o que dificulta o combate à fome, dado que as bancadas mais numerosas do congresso estão ligadas ao agronegócio, através das bancadas ruralistas e, das chamadas bancadas evangélicas, defensoras do malafaísmos[[1]](#footnote-1), macedismos[[2]](#footnote-2) e suas congêneres. Estes grupos defendem propostas neoliberais e são contrárias que os governos criem políticas de assistências sociais.

É importante lembrar que as políticas introduzidas pelo governo Lula durante seus dois mandatos, mais a continuidade do governo liderado pela presidenta Dilma Rousseff contribuíram para reduzir a,

fome a apenas 4,2% dos lares brasileiros. As medidas tomadas pelo governo para contenção da fome hoje [2022] são isoladas e insuficientes, diante de um cenário de alta da inflação, sobretudo dos alimentos, do desemprego e da queda de renda da população, com maior intensidade nos segmentos mais vulnerabilizados”, avalia Renato Maluf, Coordenador da Rede PENSSAN. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023)

Ao se ampliar a discussão sobre a insegurança alimentar, podemos perceber que o maior problema enfrentado pelo Brasil é que, dadas as condições de concentração de terras e de rendas, as regiões **Norte e Nordeste são as mais impactadas pela situação de pobreza no país. O Nordeste é conhecido pela seca em algumas áreas, como o agreste e o sertão. O povo que vive no semiárido nordestino sempre conviveu com a fome, não necessariamente por causa da seca, mas, principalmente em função da cerca, dado que aqueles que detem a grande propriedade também são detentores das águas, enquanto o pequeno proprietário de terras não tem acesso à mesma.**

**Durante os governos Lula/Dilma, foi desenvolvido alguns programas de construção de cisternas, que visavam criar condições para acumulação de água da chuva para a utilização durante os períodos de seca. Este processo ajudou a amenizar a fome por algum tempo, mas o programa foi bastante reduzido após o golpe.**

**A região Norte, embora conte com muita água, há poucos investimentos no seu tratamento e no uso racional, dado que é uma região ainda pouco povoada que conta com grandes reservas nativas, bem como reservas de povos indígenas. A região norte é a menos industrializada do país, com grande parte de seus habitantes vivendo de lavoura de subsistência. Em função disto, após o golpe pudemos constatar que,**

A insegurança alimentar segue como uma questão que atinge as regiões do Brasil de forma desigual. No Norte e no Nordeste, os números chegam, respectivamente, a 71,6% e 68% – são índices expressivamente maiores do que a média nacional de 58,7%. A fome fez parte do dia a dia de 25,7% das famílias na região Norte e de 21% no Nordeste. A média nacional é de aproximadamente 15%, e, do Sul, de 10%. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023)

Ao atingir as regiões de forma desigual, a fome atinge também de forma desigual aqueles que vivem no campo, em relação à cidade, dado que os salários no campo, via de regra são menores do que nas cidades. No campo, além do emprego ser considerado de condição inferior, é também onde mais temos acompanhado os casos de trabalho análogos à condição de escravidão.

Os níveis de escolaridade no campo também são inferiores aos níveis de escolaridade das pessoas que vivem na cidade. Outra dificuldade é que as agências do estado também não se encontram no meio rural, dificultando os mecanismos de luta dos trabalhadores deste meio. Energia elétrica, internet, estradas em boas condições e com asfalto, também não são uma constante no campo, assim, ao se comparar o campo e a cidade, podemos perceber que,

Nas áreas rurais, a insegurança alimentar (em todos os níveis) esteve presente em mais de 60% dos domicílios. Destes, 18,6% das famílias convivem com a insegurança alimentar grave (fome), valor maior do que a média nacional. E até quem produz alimento está pagando um preço alto: a fome atingiu 21,8% dos lares de agricultores familiares e pequenos produtores. A pobreza das populações rurais associada ao desmonte das políticas de apoio às populações do campo, da floresta e das águas, seguem impondo escassez. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023).

A fome se agravou sobremaneira durante o período de pandemia da Covid-19, dado que com a necessidade de se fazer um certo isolamento social, a maioria das escolas tiveram que permanecer fechadas. Com o aumento da pobreza e do desemprego em geral, as escolas, em muitos lugares são responsáveis por servir a única refeição de muitas crianças. Ao se manter as escolas fechadas, percebeu-se também que

Em pouco mais de um ano, a fome dobrou nas famílias com crianças menores de 10 anos – de 9,4% em 2020 para 18,1% em 2022. Na presença de três ou mais pessoas com até 18 anos de idade no grupo familiar, a fome atingiu 25,7% dos lares. Já nos domicílios apenas com moradores adultos a segurança alimentar chegou a 47,4%, número maior do que a média nacional. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023)

Embora tenhamos acompanhado uma situação de insegurança alimentar por grande parte da população brasileira, de acordo com a rede PENSSAN, resolver o problema da fome no Brasil não seria tão difícil e nem tão caro, dado que a pesquisa revelou que,

A fome quase desaparece nos lares com renda superior a um salário mínimo por pessoa. Em 67% dos domicílios com renda maior que um salário mínimo por pessoa, o acesso a alimentos (segurança alimentar) é pleno e garantido. Porém, se em 2020 não havia domicílios com renda maior que um salário mínimo por pessoa em situação de fome, no início de 2022 essa deixou de ser uma garantia contra a privação do consumo de alimentos – consequência da crise econômica e dos reajustes do salário mínimo abaixo da inflação. (...) [ao final desse ano], 3% dos lares nesta faixa de renda tem seus moradores em situação de fome, e 6% convivem com algum grau de restrição quantitativa de alimentos (insegurança alimentar moderada) e 24% não conseguem manter a qualidade adequada de sua alimentação (insegurança alimentar leve). <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023).

Ocorre que como já apontado, o problema da fome no Brasil advém da grande concentração de terras e recursos naturais, bem como da renda nas mãos de uma minoria que se apropriou das riquezas do país. No Brasil, durante o período da pandemia a concentração de rendas se ampliou e, juntamente com esta concentração, o aumento da pobreza, através do desemprego e da redução da massa salarial.

Com o aumento do desemprego, derivado da crise econômica desencadeada pelo aumento das taxas de juros e descontrole inflacionário, tivemos aumento significativo da insegurança alimentar, dado que, a fome se tornou maior

nos domicílios em que a pessoa responsável está desempregada (36,1%), trabalha na agricultura familiar (22,4%) ou tem emprego informal (21,1%). Já a segurança alimentar é maior nos lares onde o chefe da família trabalha com carteira assinada, chegando a 53,8% dos domicílios. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023).

Além disso, com o isolamento social por causa pandemia, as crianças e adolescentes não puderam frequentar as escolas. Como muitas famílias não tem como alimentar suas crianças, às vezes este é tido como o lugar utilizado para a obtenção das poucas refeições, por grande parte das crianças mais pobres.

Com o fechamento temporário das escolas, sem que estas fornecessem às famílias a possibilidade de fornecer os alimentos que seriam consumidos nas mesmas, pode-se constatar que havia

fome em 22,3% dos domicílios com responsáveis com baixa escolaridade — 4 anos ou menos de estudo. Em 2020 esse percentual era de 14,9%. O maior percentual de segurança alimentar é em domicílios cujos responsáveis têm mais de 8 anos de estudo: 50,6%. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023).

A insegurança alimentar no Brasil pode ser causada também por falta de água, um problema recorrente na região nordeste, onde a seca afeta milhões de pessoas, que muitas vezes não tem sequer a quantidade suficiente deste líquido para cozinhar a comida do dia-a-dia.

Em outras regiões há o problema da ausência de tratamento da água, sobretudo devido a dispersão da sociedade em grandes áreas. Este é um problema grave, que há séculos está presente, sobretudo junto à população mais pobre, o que ocasiona a insegurança hídrica, uma realidade para 12% da população geral brasileira. Em decorrência desta insegurança hidríca,

A insegurança alimentar moderada esteve presente em 22,8% desses lares, e a fome, em 42,0%. A insegurança alimentar se manifesta em 48,3% dos lares com restrição de acesso à água na região Norte, em 43,0% no Sudeste, em 41,8% do Centro-Oeste e em 41,2% no Nordeste. Onde falta água, também falta alimento. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023).

Diante de tudo que foi exposto, podemos deduzir que a insegurança alimentar no Brasil é parte de um projeto político da burguesia, dado que apesar do aumento da miséria em nossa sociedade, inclusive com o retorno do Brasil ao mapa da fome conforme tem apontado os vários órgãos de pesquisa, em agosto de 2022 o governo liderado por Jair Messias Bolsonaro e seu ministro da economia, o banqueiro Paulo Guedes vetou-se a proposição no orçamento, de destinação de mais verbas para a merenda dos estudantes do ensino público conforme pode ser observado a seguir

o presidente da República, **Jair Bolsonaro**, vetou o orçamento que afeta diretamente os **estudantes do ensino público**. O montante já aprovado pelo **Congresso Nacional**, seria repassado aos Estados e municípios, com foco na merenda escolar.

Atualmente, o governo repassa somente **R$ 0,36** para a compra de merenda para os [estudantes do ensino público](https://fdr.com.br/financas/) **fundamental e médio**. O investimento para os **alunos do pré-escolar** é de **R$ 0,53**. <https://fdr.com.br/2022/08/11/bolsonaro-veta-orcamento-que-afeta-os-estudantes-do-ensino-publico/>.

Vale lembrar que estes valores foram corrigidos a partir de 2023, com a eleição do novo governo, liderado por Luís Inácio Lula da Silva. No entanto, o veto ao aumento de valores imposto pelo governo anterior prejudicou, não apenas os estudantes, mas, sobretudo os pequenos produtores rurais, pois, são eles, os principais fornecedores de hortifruti utilizados nos alimentos das crianças. Assim, o governo federal da época atingiu os trabalhadores nas duas pontas, na escola com a negação da comida e no campo com a inviabilização da agricultura familiar que deixou de ter uma importante fonte de renda que seria utilizada basicamente para seu consumo, para onde a produção era destinada. Como apontado, **estes valores não passavam por nenhuma atualização desde 2017,** e com o **veto de Bolsonaro**, a situação ficaria ainda mais grave levando em consideração a **alta nos preços dos alimentos, durante o período, o que implicava em**

uma combinação perigosa, afetando os [**estudantes do ensino público**](https://fdr.com.br/2022/06/09/estudantes-devem-receber-um-adicional-de-r-100-no-auxilio-brasil/) que, por vezes, têm a merenda escolar como **única refeição do dia.**

Destacando que o aumento na merenda escolar aprovado pelo [**Congresso Nacional**](https://www.congressonacional.leg.br/)**,** já está[va] incluído na **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).** De acordo com o texto, o reajuste (..) [foi] baseado na inflação e no orçamento do [**Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)**](https://www.fnde.gov.br/programas/pnae)**.** <https://fdr.com.br/2022/08/11/bolsonaro-veta-orcamento-que-afeta-os-estudantes-do-ensino-publico/>.

O maior problema deste veto é que em tempos de desemprego elevado e, com queda na remuneração dos trabalhadores, a merenda escolar é, muitas vezes, a única refeição a que crianças das periferias das cidades tem acesso durante o dia.

**Referências**

<https://www.camara.leg.br/noticias/737836-bolsonaro-veta-ajuda-financeira-para-internet-de-alunos-e-professores-das-escolas-publicas>

<https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/> (acessado em 15/02/2023).

<https://fdr.com.br/2022/08/11/bolsonaro-veta-orcamento-que-afeta-os-estudantes-do-ensino-publico/>

<https://www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniao/2022/08/14/veto-de-bolsonaro-e-oportunidade-perdida-de-apoiar-defensores-da-amazonia.htm>

ibge.gov.br acessado em 14/05/2023

1. Seguidores do Pastor Silas Malafaia, pastor midiático que prega a teologia da prosperidade com inúmeras campanhas de arrecadação de dinheiro junto aos mais pobres. [↑](#footnote-ref-1)
2. Seguidores do Pastor Edir Macedo, pastor midiático que prega a teologia da prosperidade com inúmeras campanhas de arrecadação de dinheiro junto aos mais pobres. [↑](#footnote-ref-2)